

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 7 - PARTE 1 -
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.**

SR. ALEX LANZA: Um abraço a você que está nos ouvindo. Eu sou Alex Lanza. Está começando mais um episódio do Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. A conversa desse episódio faz referência a uma data extremamente importante e significativa, celebrada no dia Vinte de Novembro, que é o Dia da Consciência Negra. Para falar sobre o tema, o Vox recebe dois especialistas no assunto, a coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profa. Mônica Lima e Souza, e o promotor de Justiça Francisco Ângelo Assis Silva, que está à frente da Coordenadoria de Combate ao Racismo e todas as outras formas de discriminação do MPMG. Profa. Mônica Lima, obrigado pela presença.

SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA: Eu que agradeço ao convite do Ministério Público de Minas Gerais e estou muito feliz de estar aqui compartilhando essas reflexões com vocês.

SR. ALEX LANZA: Promotor Francisco Ângelo, seja bem-vindo ao Vox.

SR. FRANCISO ÂNGELO SILVA ASSIS: Obrigado em poder falar aqui em nome do Centro de Apoio de Direitos Humanos, da Coordenadoria de Combate ao Racismo do MPMG, é um grande prazer.

SR. ALEX LANZA: O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, e faz referência à morte de Zumbi, o então líder do quilombo dos Palmares, situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Profa. Mônica, sendo uma historiadora, gostaria que a senhora falasse um pouco do contexto histórico da data e sua importância para a sociedade como um todo.

SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA: Bom, essa data é uma data simbólica e extremamente representativa para a nossa história, né? Palmares foi o quilombo que durou cem anos, durou mais de cem anos, resistiu bravamente a diversas investidas do poder da Coroa Portuguesa, que contratou diversas expedições para dizimar o quilombo, né? E o Zumbi, o grande líder de Palmares, a sua morte, pelas forças de repressão, ela simbolizou na história brasileira um episódio de bastante relevância, para mostrar que sempre durante todo o tempo a história da escravidão no Brasil foi acompanhada pela

luta pela liberdade. Sempre os escravizados de alguma forma buscaram conquistar espaço de liberdade, quando não a própria liberdade e criar um quilombo era uma delas. A data, a data comemorativa, ou seja, fazer do Vinte de Novembro, o dia da morte de Zumbi dos Palmares o dia da Consciência Negra, um dia importante, uma data negra, como a gente diz, isso nasceu em Porto Alegre, no Grupo Palmares que funcionava na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, um grupo de militantes do movimento negro gaúcho, que lançou em 1931 essa data, né? Lançou essa data e realizou uma série de iniciativas em torno do tema Palmares, não apenas em torno do tema Palmares, mas em torno do tema Palmares como um grande marco da resistência negra na história do Brasil, inclusive a publicação em língua portuguesa do livro do historiador gaúcho, Décio Freitas, se deveu a atuação desse grupo. O livro do Décio Freitas tinha sido publicado em 1972 em espanhol, no Uruguai, e o grupo conseguiu que fosse publicado em 1973 em língua portuguesa. Antes desse livro, duas grandes obras tratavam da história de Palmares, que foram os escritos de Ernesto Ennes e de Edison Carneiro, o primeiro em 1938, e o segundo, em 1978. Mas foi o movimento negro que deu visibilidade a essa data. Mais tarde, já em 1978, o movimento negro unificado contra a discriminação racial, enfim, em um outro momento da história, distante sete anos dessa primeira declaração pela data do grupo Palmares do Rio Grande do Sul, que, inclusive, assume esse nome, né? Esse Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial em 78, ele lançou um manifesto designando essa data como uma data do Dia da Consciência Negra. Isso, inclusive, foi motivo de uma fala, de um escrito, na verdade, muito importante da grande Lélia González, essa grande intelectual e militante negra, que afirmou que graças ao empenho do Movimento Negro Unificado, ampliando e aprofundando as propostas do grupo Palmares lá do Rio Grande do Sul, o Vinte de Novembro se transformou em um momento político de afirmação da história do povo negro. Justamente naquilo, no caso, a história de Palmares, naquilo que demonstrava a capacidade do povo negro se organizar e de propor uma sociedade alternativa, como é o caso do quilombo. Essa é uma fala de Lélia Gonzalez de 1982, posterior, portanto, tanto ao lançamento pelo grupo Palmares da ideia do Vinte de Novembro como data negra quanto o manifesto do Movimento Negro Unificado de 1978. A discussão da data, e aqui eu não posso deixar de me furtar a mencionar esse debate, tinha muito a ver com a polêmica entre o Treze de Maio e o Vinte de Novembro, né? Porque os militantes do movimento negro, enfim, historicamente questionavam o Treze de Maio. Estamos falando aí dessa segunda metade do século 20, sobretudo, né? E esse movimento negro, que nos anos 60, 70, 80, vai começar a criar algumas das suas organizações, né? E eles vão questionar o Treze de Maio, porque eles vão ver o Treze de Maio, a data da Lei Áurea, como uma data branca,

uma data oficial, né? E não vão querer reconhecer o Treze de Maio como uma data que tivesse a ver com os negros, sobretudo, entendendo que a abolição não teria sido feita em sua totalidade. A famosa marcha de 1988, a Marcha dos Cem Anos da Lei Áurea, em que se disse e que se declarou que nada mudou, vamos mudar, né? A ideia de que os negros brasileiros, a população negra brasileira não tinha tido nenhum tipo de compensação, de reparação pela história, brutal história da escravidão e que, portanto, a abolição não teria sido cumprida na sua totalidade, na sua realidade. Então, o questionamento do Treze de Maio fez buscar-se uma nova data, e o Vinte de Novembro reunia essas condições, né? Era uma data com protagonismo negro, uma data de resistência, de afirmação e de criação de uma sociedade diferente da sociedade escravista, durante a vigência da sociedade escravista, era aí uma sociedade poderosa, como foi o aquilombamento em Palmares. Essa história, enfim, hoje em dia, ela é, vamos dizer, matizada, sabemos que Treze de Maio é uma data que resulta também de uma luta negra, que abolicionistas negros foram muito importantes para que se chegasse à assinatura da Lei Áurea e que por isso a população negra festejou o Treze de Maio, né? Festejou o Treze de Maio sabendo que o Treze de Maio era também resultante de sua luta. Então, essa polêmica gerou, vamos dizer assim, a força em direção ao Vinte de Novembro, mas hoje é ela matizada, sem que o Vinte de Novembro tenha perdido, ao contrário, a sua importância e o seu significado.

Só para concluir, houve uma pequena discussão se celebrar a morte do Zumbi seria uma boa coisa em termos de data comemorativa mas aí também se lembrou que o Vinte e Um de Abril celebra Tiradentes e é na data da sua morte, portanto, estaria resguardada a história, entendendo que a morte não seria o fim do legado de luta de Zumbi.

SR. ALEX LANZA: Promotor Francisco, algum complemento em relação ao que disse a Profa. Mônica Lima?

SR. FRANCISO ÂNGELO SILVA ASSIS: Sim, o complemento é que nós estamos aprendendo com a Profa. Mônica, né? Nós temos que nos valer das fontes transversais do conhecimento para trazer para nossa instituição e para a nossa promoção de Justiça, seja na repressão aos crimes de racismo e nas suas mais variadas formas, bem como na promoção, nas ações afirmativas que a instituição pode dar exemplo, né? Dos editais, seja abarcando os membros para ingresso na carreira, estagiários, conforme a resolução no Conselho Nacional de Justiça, seja trazendo a fala sobre racismo, né? A fala sobre racismo é importante. Nós sabemos que, a Profa. Mônica sabe muito melhor do que eu, de todo o processo de apagamento após a abolição, de todo o cientificismo criado para se menosprezar a raça negra, toda a racialização criada e continuada já era algo culturalmente interessante para europeus. E isso se perpetuou, de

modo que, como o Prof. Silvio Almeida diz, né? O racismo não é uma patologia, não é uma desestrutura das instituições, ele é a normalidade, e a gente precisa perceber isso para fazer essas diferenciações que nos levam a essa necessidade de promoção. E falar de racismo, do ponto de vista da história, do ponto de vista do direito, eu me lembro lá da Constituição pós-período colonial de 1824, que é uma Constituição que já começa a silenciar muito sobre o racismo. Então nós temos que falar das legislações de hoje, do Estatuto da Igualdade Racional, do racismo na educação, para mim, é um tema fundamental para começo de trabalho aqui no Ministério Público, e nós estamos empenhados com isso. Então fico extremamente satisfeito de ter esse lugar de fala e poder escutar aqui os ensinamentos da Profa. Mônica Lima.

SR. ALEX LANZA: Segundo dados de pesquisa do Google, temas como assassinato de George Floyd, privilégio branco, vidas negras importam e como combater o racismo bateram recordes de busca na plataforma. Podemos dizer que o ano de 2020 foi um marco para a luta e resistência do movimento negro, já que ocupou o debate público como nunca antes? Primeiro, eu quero ouvir a resposta do promotor Francisco Ângelo e, na sequência, a Profa. Mônica Lima.

SR. FRANCISO ÂNGELO SILVA ASSIS: É interessante, eu não sei se eu poderia, se eu teria a autoridade para falar sobre um marco maior do que outros, porque eu sei que a luta do movimento negro já remonta há muitas décadas, aqui e em outras estruturas nacionais. Mas eu posso dizer que do ponto de vista da Justiça Criminal, especialmente do controle externo da atividade policial aqui em terras brasileiras, é um marco que nos leva a refletir muito sobre os aspectos de violência, né? Quando eu penso em racismo, eu penso em escravidão, em privação de liberdade, e eu penso hoje, nos dias de hoje, em reprodução de estruturas de violência. E muitas vezes essas violências se dão entre terceiros e muitas vezes entre terceiros e o Estado. Então, é importante a gente trazer para a nossa função de fiscalização da atividade policial essas reflexões sobre racismo, racismo/pobreza, sobre a abordagem policial do início, a abordagem do sistema de Justiça no seu interregno das questões, que por vezes o Estado tem que enfrentar, por exemplo, em relação a fatos criminosos, e a abordagem dessas pessoas no sistema carcerário. Então, eu acho que essas estruturas que nós vemos de racismo em todas as instituições, a gente também vê nesses processos, nessas instituições de Justiça do ponto de vista estrutural. Então nós precisamos realmente pensar, né? Eu participei de um evento agora recentemente pelo Banco Mundial, na LJ Week 2021, com gente do mundo todo, da Tunísia, da Tailândia, do Canadá, dos Estados Unidos, da Inglaterra, é uma preocupação muito grande. Isso nos dá a segurança para ver que não é uma questão só do território brasileiro, né? O pensar da melhor abordagem de Estado, seja o

Estado policial, por exemplo, com as nossas populações, é um pensar que preocupa autoridades no mundo todo e preocupa no sentido, inclusive, de trazer resultados práticos e soluções. E é isso que nós estamos fazendo aqui no Ministério Público de Minas.

SR. ALEX LANZA: Profa. Mônica.

MÔNICA LIMA E SOUZA: Bom, essas informações que você trouxe, Alex, sobre a busca na plataforma Google, eu agregaria a essas informações uma outra informação também recente, de que o Brasil é o país fora do continente africano onde mais se fazem buscas no Google como sistema de busca sobre África. E aí eu estou juntando essa questão do racismo e lembrando que esse racismo, ele nos fez perdermos a oportunidade de conhecer a história da população negra no Brasil, longamente invisibilizada, essa história silenciada, né? Esse racismo, esse racismo que marca a estrutura da nossa sociedade, assim como a violência, e essa fala do promotor reitera esse dado objetivo, que a violência é um dos pilares da nossa sociedade, sobretudo, do Estado Brasileiro com relação às populações negras e pobres. Mas que, por outro lado, hoje em dia esse movimento de resgate dessa história, de apropriação dessa herança e de ter conhecimento sobre essas lutas se faz presente. Ou seja, apesar e com toda essa violência e com todo o racismo que está muito presente na sociedade brasileira, ao contrário do que se pensou e que algumas pessoas ainda defendem, a sociedade brasileira é uma sociedade extremamente racista e violenta. E, por outro lado, a gente tem essa procura por valorizar esse conhecimento, essa história por meio da busca de mais conhecimentos e também por conhecer essas lutas que têm a ver com a grande luta contra racismo em nível mundial. Evidentemente que o racismo não é um problema brasileiro, mas no Brasil, ele se reveste de características muito específicas. Uma das características específicas é essa que eu já falei, esse silêncio sobre o racismo, esse silêncio sobre a questão negra, que também foi evidenciado pela fala do promotor ao citar a Constituição de 1824, e também essa ideia, falsa ideia, de que nós não somos uma sociedade racista. Existe também uma força ao contrário de tudo isso que vem se apresentando, né? E essas são questões para pensarmos hoje, né? Esse interesse, esse desejo por conhecimento e essa possibilidade que a população negra está construindo de se afirmar, mesmo em uma conjuntura extremamente desfavorável.

SR. ALEX LANZA: Perfeito. Seguindo com o nosso Vox, dados de 2018 do IBGE mostram que mais da metade da população brasileira é composta por negros, porém, essa superioridade nos números não se reflete na sociedade. Quais os motivos da falta de representatividade em cargos políticos, públicos ou posições de comando em todas as esferas? Primeiro, começando com o Dr. Francisco Ângelo.

SR. FRANCISO ÂNGELO SILVA ASSIS: Essa falta, ela já foi percebida há muito tempo, quando se pensou nas políticas de reparação histórica, de justiça compensativa, que compensa as mazelas dessa atrocidade que foi a escravidão, e muito se buscou, inclusive, se legislando sobre isso para que essa realidade fosse transformada. Para que não só se fosse antirracista, se combatesse o racismo, mas que afirmativamente se buscasse postos de comando, postos que permitissem falas, inclusive de Estado, para que pessoas das mais diversas pudessem, assim, ocupar. Tanto que a gente tem a ADPF 186 do Supremo Tribunal Federal, tem a recente ADI 3330, todas tratando sobre isso, referendando legislações, como a 12.990, né, que, inclusive, é a legislação que o Conselho Nacional do Ministério Público e os Ministérios Públicos usam para que também adotem as políticas de cotas, né? E eu me recordo de um trecho da ADPF 186 que diz que enquanto houver racismo e essas dificuldades estruturais e sociais, muito também ali lembrando das estruturas de pobreza, necessário é se promover as diversidades, inclusive, em relação a cotas raciais para que as pessoas possam fazer a integração nessas instituições, dos seus corpos, dos seus saberes e das suas decisões, e que possamos ter um futuro, que a nossa Constituição prega, que é uma sociedade mais diversa e mais plural.

SR. ALEX LANZA: Qual é a visão da Profa. Mônica a respeito dessa questão?

SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA: Olha, o que eu poderia dizer a respeito dessa, vamos dizer assim, da falta de representatividade em cargos políticos, públicos ou em posições de comando, é que isso se relaciona ao racismo. Por um lado, o racismo institucional, em algumas instituições, que vedam, que dificultam ou que não estimulam e que às vezes acaba sendo quase que o mesmo, o acesso de pessoas negras a cargos de direção. E por outro lado, a presença do racismo estrutural, né? Então, o racismo institucional, que está ligado a instituições, em especial, e as instituições políticas são instituições onde se percebe a presença do racismo por sua própria... pelos grupos e pessoas que as constituem, a gente vê que o resultado do racismo institucional está evidente ali nessa falta de representatividade e nessa dificuldade em que as Pautas negras, isso também é importante, porque não é só uma questão de não ter as pessoas negras ocupando cargos, as Pautas negras ficam invisibilizadas ou em segundo lugar, né? Segundo, terceiro, último lugar, muitas vezes, e isso indica essa presença de racismo institucional, né? O Estado Brasileiro, ele, nos seus diferentes órgãos, ele, se for verificado os cargos de direção, os cargos de mando e a Pauta de assuntos colocados em prioridade, veremos que com raras e honrosas exceções, e por isso é tão importante essa luta que o Ministério Público de Minas Gerais vem travando para reverter esse processo, esse processo que caracteriza esse racismo institucional

aliado, como eu já falei, a um racismo estrutural, que é um pouco menos perceptível mas também presente.

SR. ALEX LANZA: Aproveitando que a senhora já entrou nessa questão, nos fale um pouco sobre o racismo estrutural para o nosso ouvinte saber um pouco mais dessa questão, que a senhora já iniciou e agora pode explicar um pouco mais detalhadamente a respeito disso.

SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA: Pois é, eu falei do racismo institucional e citei o racismo estrutural, exatamente. O racismo estrutural, ele é aquele racismo que está cristalizado na cultura da nossa sociedade, do nosso povo, né? Muitas vezes, ele pode nem parecer racismo. A presença do racismo estrutural, a gente pode constatar, por exemplo, não só aquilo que eu acabei de comentar e o promotor também, poucas pessoas negras ou de origem indígena ocupando cargos de chefia em grandes empresas, cargos de direção, que nos cursos das universidades, das universidades mais importantes, a maioria esmagadora, quando não a quase totalidade dos estudantes, é branca, em um país como o nosso, com esses dados demográficos que você acabou de falar, Alex, ou quando há a utilização de expressões linguísticas e piadas racistas e isso tudo é normalizado, né? É como se fosse natural. É natural você ir a um bom restaurante e não encontrar pessoas negras como público sendo servido, né? Estou botando aspas nesse natural. É natural que você entre em uma sala de aula em um curso de Medicina ou de Direito, nas universidades mais disputadas e não encontre pessoas negras ou pouquíssimas pessoas negras. É natural que haja poucos professores negros nessas universidades, em comparação aos demais, aos professores brancos. Isso tudo é o racismo estrutural, que é um racismo que você não vê, não há uma medida impedindo o acesso, uma medida legal, digamos assim, impedindo acesso de pessoas negras a esses cargos, não há nenhuma medida impedindo o acesso das pessoas negras aos cursos que eu citei, porém, o racismo estrutural, que vem acompanhando a vida das pessoas negras nesse Brasil, desde o seu nascimento, do nascimento e da vida dos seus pais, dos seus avós, seus antepassados, esse racismo estrutural de longa duração que está na estrutura da sociedade, está na base da sociedade, é o grande obstáculo para que essas pessoas, todas as pessoas possam estar representadas de forma mais igualitária, mais justa nesses lugares. Então, o racismo estrutural é isso. Ele está cristalizado na cultura da sociedade, ele marca essa cultura e ele, ainda que o racismo estrutural, ele não seja facilmente visível, ele é perceptível, se você começa a prestar atenção, né? Se você começa a prestar atenção, você vai perceber que algumas expressões linguísticas, algumas brincadeiras, algumas formas de se dirigir às pessoas, demonstram a presença do racismo, né? E aí às vezes alguém, um desavisado ou uma desavisada, declara esse racismo quase que dizendo: "Ué, mas não tem nada de mais. Ué, mas não

tem nada de mais eu revistar sempre as pessoas negras que estão no coletivo, quando há uma revista no coletivo, né? Ué, não tem nada de mais não ter nenhum freguês negro nesse restaurante ou não ter nenhum estudante negro nessa sala de aula do curso de Medicina, de Direito etc.". Então, essa normatização, aliás, normalização, a naturalização do racismo, é uma expressão do racismo estrutural, que é esse que está... Mas ele está lá, ele está na espinha dorsal da sociedade.

SR. ALEX LANZA: Trazendo aqui para a nossa realidade do Ministério Público de Minas Gerais, o promotor Francisco Ângelo ocupa um cargo de coordenação aqui na instituição. Eu queria saber do senhor a importância da criação da coordenação e quais esforços o Ministério Público tem empreendido aí nessa área de atuação. Depois, eu gostaria que o senhor falasse para a gente também a questão do grupo GT Antirracismo e o projeto Diálogos Transversais.

SR. FRANCISCO ÂNGELO SILVA ASSIS: Nós já temos, inclusive, determinação para que tivéssemos essa coordenação, né? Digo que estamos começando tardiamente, outros Ministérios Públicos, como o Ministério Público de Pernambuco, que nos inspira, já possuem coordenadorias similares já há mais de década. Mas, assim, o Ministério Público mineiro é um Ministério Público de muita qualidade, de gente muito preparada e de gente disposta a cumprir com as Pautas constitucionais. Então, a criação do grupo é a materialização de postulados constitucionais, como muito bem diz a doutrina, o Ministério Público é a Constituição em ação. Então, nós precisamos, para combater isso que a Profa. Mônica fala de racismo estrutural, que eu compreendo que é o racismo que está normalizado nas relações políticas, econômicas, jurídicas, familiares, você precisa de um órgão promocional do Ministério Público, para que com ações afirmativas se busque que esse normal não fique assim, porque ele não cumpre com a Pauta da diversidade e da pluralidade nesses vários campos, bem como para que o Ministério Público seja sempre a instituição vigilante, né? Nós somos encarregados de promover ação penal também e de cuidar de serviços de relevância pública, para que os preconceitos [ininteligível] como crime de racismo, imprescritível, sujeito à reclusão, eles possam ser devidamente enfrentados. E nessa vertente de ações afirmativas, para pensar a coordenação surgiu nesse ano, com a Resolução 05 do PGJ de Minas Gerais, o Dr. Jarbas é um procurador muito arrojado e não deixaria de enfatizar e de perceber essa necessidade da gente ter uma atuação melhor qualificada. E para... Embora a gente já possa ter em mente várias questões, eu estava falando sobre educação, sobre a promoção da educação no Ensino Médio, no Ensino Fundamental, as questões relativas à 10.639, a 11.700, que fala da incorporação também da cultura indígena, né? A gente até fala em amefricanidade e entendendo essas culturas aqui no âmbito das Américas. Mas para essa promoção se penso no GT, e esse GT é um GT diverso, com

homens, mulheres, independente das orientações de gênero, independentemente das suas posições, com lugares de fala, negros, brancos, promotores, promotoras, coordenadores, servidores, terceirizados, em um amplo espaço de diálogo interno para que a gente possa realmente maturar as nossas necessidades de ações, eu citei algumas delas, para que no ano vindouro a gente possa apresentar uma proposta robusta ao nosso procurador geral, né? A começar, por exemplo, pela educação interna, para se pensar sobre estruturas de racismo institucional, nós vamos... até tem um evento agora com a Dra. Lívia Maria Vaz, que é uma promotora muito conhecida do estado da Bahia, que trata dessa temática há muitos anos, é um evento aqui organizado pela nossa Ascom, pela nossa comunicação. E vamos poder ter maior robustez, eu acredito que nos próximos anos para ações concretas. Como eu disse, nossa meta é entregar resultados concretos e efetivos para a sociedade. E esse tema é muito caro para se fazer pela cabeça de um coordenador só. É interessante ter essa visão múltipla e democrática para que a instituição possa cumprir o seu dever. O Diálogos Transversais, ele parte da ideia de que o Ministério Público também precisa buscar outras fontes externas. Estamos exatamente fazendo isso agora, com a professora de escol que é a Profa. Mônica Lima, né? Mas não de outro modo, já conversamos com várias autoridades acadêmicas das universidades, das organizações da sociedade civil, que, inclusive, nos trazem os seus clamores, sejam acadêmicos, sejam clamores do mundo fático, da violência, por exemplo, nua e crua. Então isso vai nos permitir ter uma instituição um pouco mais preparada para esse enfrentamento, que, como disse, nós estamos com necessidade de apressar nosso passo.

SR. ALEX LANZA: A segunda parte desta conversa você confere ainda esta semana, é só acompanhar o site do Ministério Público de Minas Gerais.